

# POLÍTICA

# Democrática

Nº09 - Julho de 2019

Foto: Milton de Freitas

## Jovens da periferia impulsionam movimentos culturais no DF

Número de movimentos socioculturais tem aumentado em Brasília e cidades próximas, em uma incessante luta dos jovens por garantia de direitos e na conscientização das comunidades para preservação da vida.

PÁGINA 18

### Entrevista Especial

Desiguais são os mais atingidos pelas políticas de justiça criminal no País, avalia o antropólogo Roberto Kant, da Universidade Federal Fluminense (UFF)

PAG - 08

### Repúblicas desequilibradas

Alberto Aggio considera que o Brasil sempre foi um país cheio de deficiências e incompletudes, sem o mínimo de orientação à política.

PAG - 06

### Acordo Mercosul/UE

Após mais de duas décadas, finalmente sai do papel o esperado acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia, segundo o embaixador Rubens Barbosa.

PAG - 34



POLÍTICA  
**Democrática**  
Edição nº 9 - JULHO 2019



**ARTIGO**

**Três repúblicas em  
desequilíbrio**

Alberto Aggio  
PG. 06

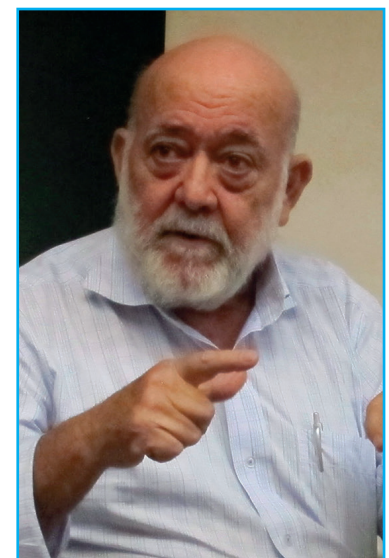
**Controle de armas  
no Brasil, sempre  
pela culatra**

Henrique Geaquinto Herkenhoff  
PG. 14

**O que muda na Lei  
Eleitoral para 2020**

Arlindo Fernandes de Oliveira  
PG. 16

**ENTREVISTA**



**Entrevista Especial**

Roberto Kant de Lima  
PG. 8

**ARTIGO****28 de junho – Dia Internacional do Orgulho LGBT+**

Almira Rodrigues

PG. 24

**O sinistro da modernidade**

Martin Cezar Feijó

PG. 26

**A releitura de obras sob o olhar de André Amado**

André Amado

PG. 28

**REPORTAGEM****Jovens de periferia mobilizam 'arte de protesto' no DF**

Cleomar Almeida

PG. 18

**ARTIGO****Cidadania: um olhar inovador para o futuro do Brasil**

Marco Marrafon

PG. 30

**ARTIGO****Após duas décadas, sai acordo entre o Mercosul e a União Europeia**

Rubens Barbosa

PG. 34

PÁG. 24



## EXPEDIENTE

### Diretor

André Amado

### Editor

Paulo Jacinto

### Secretária de Redação

Priscila Mendes

### Repórter

Cleomar Almeida

### Suporte/tecnologia

Washington Reis

### Logística

Thaise Castro

### Departamento Financeiro

Gustavo Loiola e Nathã Ribas

### Conselho editorial

Alberto Aggio, Caetano Araújo, Francisco Almeida, Luiz Sérgio Henriques e Maria Alice Resende de Carvalho

### Revisão, Projeto Gráfico e Diagramação

Ex-Libris Comunicação Integrada

### Colaboradores

Alberto Aggio, Caetano Araújo, Elimar Pinheiro do Nascimento, João Batista de Andrade, Jorge Caldeira, Monica de Bolle, Sergio Denicoli, Sergio José Cavalcanti Buarque, Aldo Pinheiro da Fonseca, Amílcar Baiardi, Ana Stela Alves de Lima, André Gomyde Porto, André Gustavo Reis Fialho, Antonio Carlos Máximo, Antônio Silva Magalhães Ribeiro, Any Machado Ortiz, Arlindo Fernandes de Oliveira, Carlos Alberto Muller Torres, Ciro Gondim Leichsenring, Cléia Schiavo Weyrauch, Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque, Danúbio Rebouças Rodrigues Davi Emerich, Débora Fernanda Pinto Albuquerque, Dina Lida Kinoshita, Eduardo Rocha Silveira Junior, Elimar Pinheiro do Nascimento, Fabiana Arantes de Araújo Mendes Francisco de Sousa Andrade, Francisco Inácio de Almeida, George Gurgel de Oliveira, Gilvan Cavalcante de Melo, Gisele Loise Serzebelo Correa Santoro, Guilherme Mendes Hamilton Garcia, Hércida Mara Facuri Coelho, Indaiá Griebeler Pacheco, Inocêncio Gorayeb, Irina Storni, Jane Neves, João Câmara Filho, José Antonio Segatto, José Jorge Tobias de Santana, José Maria Gomes Monteiro, Juarez Amorim, Lenise Menezes, Loureiro, Luciano de Freitas Pinho, Lucília Helena do Carmo Garcez, Luiz Avelino Lima (Avelima), Luiz Carlos Azedo, Luiz Sérgio do Nascimento Henriques, Luzia Maria Ferreira, Marco Aurélio Nogueira, Marcus Vinícius Furtado da Silva Oliveira, Maria Alice Resende de Carvalho, Maria Amélia Rodrigues da Silva Henriquez, Maria Inéz Azevedo de Oliveira, Maria Terezinha Carrara Lelis, Martín Cezar Feijó, Mauricio Rudner Huertas, Mércio, Pereira Gomes, Miguel Arcangelo Ribeiro, Paulo Elisiário Nunes, Paulo Fábio Dantas Neto, Paulo Guedes, Paulo Moraes Santa Rosa, Pierre Lucena Raboni, Pollyana Fátima Gama Santos, Raimundo Augusto Oliveira Lobão, Raimundo Jorge Nascimento de Jesus, Raul Belens Jungmann Pinto, Renata Cristina Cabrera, Renata Eitelwein Bueno, Renato Atilio Jorge, Rogério Baptistini Mendes, Sérgio Campos de Moraes, Sérgio José Cavalcanti Buarque, Sionei Leão, Sonia Francine Gaspar Marmo, Ubaldo Dutra de Araújo, Ulrich Hoffmann, Vladimir Carvalho da Silva, Zander Soares de Navarro

## Editorial

### O protagonismo do Congresso e o avanço das reformas

O desempenho do governo, transcorridos seis meses de sua posse, reitera, de um lado, aspectos de sua agenda anunciados na campanha eleitoral. De outro, a interação com o mundo político em geral, em particular com os demais Poderes, revela características novas, destoantes, em relação ao padrão estabelecido por seus antecessores, na sombra das regras da Constituição de 1988.

Podemos enumerar, do lado dos comportamentos anunciados e repetidos, a relação conflituosa com os órgãos de imprensa; o diálogo permanente com sua militância das redes sociais; a agitação em torno de uma agenda pitoresca, embora de fácil apelo popular, de que são exemplos o fim do horário de verão e a controvérsia em torno da adoção da tomada de três pinos; o descuido calculado em relação a temas relevantes da própria agenda de campanha; e, mais grave, a política de confrontação, nas redes e nas ruas com os Poderes Legislativo, visto como local da “velha política”, e Judiciário, apresentado como escudo dos próceres desse sistema.

No entanto, começa a se formar, simultaneamente, um conjunto de fatos novos, por vezes, surpreendentes. Dois ganharam recentemente destaque merecido. Primeiro, a conclusão do acordo comercial entre Mercosul e União Europeia, estacionado há mais de uma década. Ao que parece, a pressão de um segmento importante da base governista logrou derrotar a aversão governista aos processos de integração regional, mesmo ao preço de recuos importantes em diversos projetos governamentais.

Mais surpreendente parece ser a mudança que se desenha no padrão de relacionamento entre Executivo e Legislativo. No caminhar da reforma da previdência, o Congresso Nacional tomou as rédeas do processo, assumiu a responsabilidade por decisões difíceis e recusou acenos feitos pelo Presidente às corporações organizadas. A reforma tributária parece enveredar pelo mesmo rumo: iniciativa do Congresso, que pretende, inclusive, partir de um projeto alternativo de mudança. Tudo se passa como se, no presidencialismo de coalizão, na particular conjuntura do presente, a coalizão pudesse dispensar o concurso do Presidente.

A irrupção do imprevisto parece indicar fissuras graves na base de apoio popular e parlamentar do governo. Não sabemos como esses conflitos serão equacionados. Mas o papel das oposições permanece claro: contra as manifestações nas redes e nas ruas, defesa das instituições e do estado de direito democrático; contra as ambiguidades do governo, protagonismo na condução do processo de reformas; contra a pauta do retrocesso, defesa das conquistas das últimas décadas.

-Nós votamos contra a Anistia, em 1979, contra a Constituição, em 1988, contra o Plano Real, em 1994. O que vamos fazer agora na Reforma da Previdência?

-Vamos votar contra, claro.



## Três Repúblicas em desequilíbrio

O Brasil sempre foi um país cheio de deficiências e incompletudes, com a economia decrescendo, a sociedade se repolarizando e sem o mínimo de orientação no plano político, avalia Alberto Aggio

Pensar o Brasil nunca foi fácil nem tranquilizador. Em momento algum de sua história, sejam quais tenham sido seus protagonistas de proa, sejam quais os intelectuais que se esforçaram para lhe dar um sentido, seja qual povo que se animou em saudá-lo como benfazejo, o país se concretizou como uma experiência integralmente generosa de vida a partir deste Ocidente particularíssimo, visto em alguns momentos como extremo e longínquo. O Brasil sempre foi um país cheio de deficiências e incompletudes.

Vivemos hoje mais um momento paradigmático da dificuldade para visualizar o que realmente se passa entre nós. A economia decresce, a sociedade se repolariza e falta o mínimo de orientação à política. Compreender a democracia e sustentá-la tem sido mais difícil do que caminhar de forma esperançosa rumo a ela.

No Brasil de hoje, tudo parece revirado. A operação Lava Jato, importante marco contra a corrupção desenfreada que se alas-

trou nos anos petistas, acaba de sofrer um contra-ataque. O atual presidente do STF, ministro Dias Toffoli, praticamente suspende os inquéritos que tramitam em todas as instâncias da Justiça que tenham partido de dados detalhados e compartilhados por órgãos de controle, como o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), sem prévia autorização judicial. A decisão beneficia o atual senador Flávio Bolsonaro (PSL), filho do presidente Jair Bolsonaro, e paralisa a investigação que está sendo realizada pelo MP do Rio de Janeiro, envolvendo seu então assessor, Fabrício Queiroz.

O Judiciário, sempre tão cioso de sua autonomia, favorece assim diretamente o presidente Bolsonaro por meio de uma decisão que interrompe concretamente uma operação marcada pelo republicanismos a que, a despeito das eventuais críticas a seus procedimentos, a sociedade dava e dá imenso apoio. A decisão de Toffoli parece ser o único resultado do pacto entre os três poderes articulado pelo presidente Bolsonaro

**O presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia, durante a sessão de análise dos destaques ao texto principal da reforma da Previdência: o pacto era fake, apenas jogo de cena**

“

NO BRASIL DE HOJE,  
TUDO PARECE REVIRADO.  
A OPERAÇÃO LAVA JATO,  
IMPORTANTE MARCO CONTRA  
A CORRUPÇÃO DESENFREADA  
QUE SE ALASTROU NOS ANOS  
PETISTAS, ACABA DE SOFRER  
UM CONTRA-ATAQUE

”

no sentido estabilizar sua popularidade, em franco declínio. Contra todo seu discurso de campanha, Bolsonaro passa a apoiar o bloqueio das ações da Lava-Jato, em defesa de seu filho.

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM), percebeu que o pacto era *fake*, apenas jogo de cena. A partir desse entendimento, seguiu sua estratégia de colocar em pauta e votar proposições de reformas necessárias para a recuperação econômica, social e política do país, depois da *debacle* petista. Paradoxalmente, Maia está sendo mais efetivo nessa “função executiva” do que o presidente da República. Passou a ser a liderança mais prestigiada do cenário atual, porque tem trabalhado visando à recomposição da política entre diferentes correntes, que é a essência da representação numa democracia. E, além disso, tem buscado consensos em defesa do país e não de um posicionamento político-partidário. Como de hábito, Bolsonaro se comportou de forma contrária aos parâmetros da democracia como sistema de representação e de busca de consensos.

Com Bolsonaro, o país parece viver sob um presidente à beira da insanidade, incentivando a incultura, a distribuição de armas, o fundamentalismo religioso e militar, colocando o país em estado de catatonia. O recente *affaire* da indicação do filho, o

deputado Eduardo Bolsonaro, para o cargo de embaixador em Washington, afronta os mínimos requisitos de mérito para o cargo. Se, de acordo com os juristas, a acusação de nepotismo é controversa, as falas de Jair Bolsonaro divulgadas pela imprensa e pelas redes sociais (“é uma chance de ele voltar a viver nos EUA”) a justificam de forma cabal.

O Brasil vivencia três Repúblicas simultâneas e desencontradas. A do Executivo, comandada de forma canhestra e regressiva; a do Legislativo, que busca acionar vetores positivos, mesmo enfrentando um desgaste que não vem de agora; e a do Judiciário, que ameaça uma viragem dramática, passando a combater a Lava Jato, o que pode anular uma demanda republicana ambicionada pela sociedade.

A metáfora das três Repúblicas indica que os poderes constitucionais ainda existem, mas em democracia nunca estiveram tão separados e desequilibrados. Pensar o Brasil nunca foi fácil e viver nele, para muitos, menos ainda.



Foto: Carolina Antunes/PR

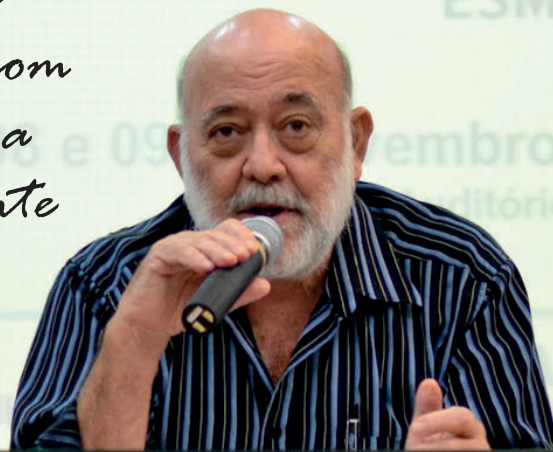
**Jair Bolsonaro e o ministro da Justiça, Sergio Moro durante a final da Copa América 2019:** o presidente passa a apoiar o bloqueio das ações da Lava Jato, em defesa de seu filho



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

**ALBERTO AGGIO**

*“A partir da Lava Jato, o protagonismo da tutela saltou para o juiz, que, articulado com as outras corporações, retoma a mesma ideia de se tornar agente público com visibilidade”*



## Política de justiça criminal atingiu mais os desiguais, diz Kant

Medidas como a mudança proposta pelo presidente Jair Bolsonaro sobre a aquisição e o porte de armas, entre outras, beneficia “criminosos profissionais” em detrimento do cidadão comum, critica Roberto Kant de Lima

Por Luís Roberto Cardoso de Oliveira e Renato Gallupo

O antropólogo Roberto Kant de Lima, coordenador do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Administração Institucional de Conflitos (NEPEAC/PROPI/UFF), e membro da Academia Brasileira de Ciência (ABC) – que há cerca de 20 anos faz pesquisa de campo em instituições judiciárias e policiais do Brasil e dos Estados Unidos – é o entrevistado especial da oitava edição da *Revista Política Democrática Online*, publicação mensal editada pela Fundação Astrojildo Pereira (FAP), vinculada ao Cidadania (23).

Kant, que também é professor titular aposentado do Departamento de Antropologia e professor aposentado adjunto do Departamento de Segurança Pública da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, é um crítico ferrenho da

mudança proposta pelo presidente Jair Bolsonaro sobre a aquisição e porte de armas no Brasil. Ele cita como exemplo, a situação do Rio de Janeiro, onde a população já vive em um verdadeiro “faroeste”. “Vivemos um problema para cuja solução não se tomaram as devidas providências. São as milícias, mistura de operadores institucionais, da polícia, e pessoas que já saíram ou foram expulsas da polícia. A legislação vai, em minha opinião, legalizar esse faroeste, permitir que as pessoas tenham mais armas e munição em casa, legalmente”, critica.

Para ele, o decreto que está no Congresso vai fortalecer a ideia de um poder não institucional. “Trata-se, no fundo, de legalizar uma situação que, pelas leis atuais, ainda é considerada de competência federal. E, por-



tanto, ainda sujeita a certos controles, como considerar ilegal a posse e o porte de arma sem licença. Isso poderá não ser mais possível no futuro. E quem tem mais interesse nisso não são os “cidadãos de bem”, mas criminosos profissionais, completa.

Sobre temas como o papel do Judiciário, a Lava Jato e as denúncias da Vaza Jato, Roberto Kant avalia que “não tem sido fácil se conceber, juridicamente, no Brasil, a visão republicana da igualdade perante a lei, e do Judiciário como garantidor desses direitos ditos civis”. De acordo com o antropólogo, “nossa independência encontrou um país imperial, de brasileiros nobres e plebeus e imenso contingente de escravos, que não eram plenos sujeitos de direito, juridicamente chamados “semoventes”. “Todos se consideram como operadores de justiça. Quer dizer, cada um acha que está fazendo justiça, embora, muitas vezes, operando contraditoriamente. Mas, do seu ponto de vista, seja hierárquico ou igualitário, a justiça está sendo feita. E essa falta de diálogo, articulação e de consenso é que é o problema”, completa.

Confira, a seguir, trechos da entrevista do antropólogo Roberto Kant à *Revista Política Democrática Online*.

*Revista Democrática Online (RD) – A legislação ora sob exame no Congresso sobre a aquisição e o porte de armas deverá fortalecer a segurança pública ou, ao contrário, promover o faroeste no Rio de Janeiro?*

Roberto Kant (RK) – O Rio não vai se transformar num faroeste; já é. Vivemos um problema para cuja solução não se tomaram as devidas providências. São as milícias, mistura de operadores institucionais, da polícia e pessoas que já saíram ou foram expulsas da polícia. A legislação vai, em minha opinião, legalizar esse faroeste, permitir que as pessoas tenham mais armas e munição em casa, legalmente. Vai fortalecer a ideia de um poder não institucional. Trata-se, no fundo, de legalizar uma situação que, pelas leis atuais, ainda é considerada de competência federal. E, portanto, ainda sujeita a certos controles, como considerar ilegal a posse e o porte de arma sem licença. Isso poderá não ser mais possível no futuro. E quem tem mais interesse nisso não são os “cidadãos de bem”, mas criminosos profissionais.

**RD: O embate político e ideológico travado pela internet parece ter transposto para o plano do Judiciário posições políticas extremadas. Como o sr. vê essa conjunção entre justiça e política?**

RK: Em 2016, publiquei com Gláucia Mouzinho um artigo na *Revista Dilemas*, de análise desse fenômeno, desde a prisão coer-

citiva de Lula. Historicamente, desde o Império, a população brasileira tem estado dividida em status jurídicos desiguais. Nobres, plebeus e semoventes – esses últimos, os escravos, equiparados aos animais domésticos ou domesticados – estavam todos sujeitos ao processo penal, embora de maneira desigual. A política de justiça criminal atingiu mais os segmentos desfavorecidos da população. Basta lembrar que a maior parte das pessoas presas – muitas sem sentença definitiva – é de pequenos usuários de drogas que são encarcerados como se fossem traficantes. A polícia, com essas prisões, a maioria em flagrante e, portanto, sem trabalho investigativo da Polícia Civil, tenta mostrar trabalho a serviço da sociedade, mantendo a ordem; só que os capitalistas do crime e os grandes corruptores seguem intocáveis.

A partir do “Mensalão”, houve uma primeira tentativa de estender o poder de pu-



Foto: Divulgação



Foto: Divulgação

“  
AS PESSOAS SÃO TRATADAS  
PROCESSUALMENTE NÃO EM  
FUNÇÃO DO DELITO QUE SÃO  
ACUSADAS DE COMETER, MAS  
DE ACORDO COM SEUS STATUS  
SOCIAL. VÁRIAS TENTATIVAS  
JÁ FORAM FEITAS PARA REVER  
ESSA SITUAÇÃO  
”

nição às classes mais favorecidas. Mediante um trabalho hercúleo, o ministro Joaquim Barbosa deixou claro ser possível tratar de punição no nível do Supremo Tribunal Federal como instância de instrução do processo. O desafio era fazer frente ao grande problema da prerrogativa de função, privilégio no qual se confunde o funcionamento da instrução judicial na primeira instância – interrogatório de réus e testemunhas, perícias etc. – com o exame de recursos da segunda instância e de instâncias superiores.

A Lava Jato é, em grande medida, questionada por conta dos defeitos constantes de inquéritos policiais, que permitem muitas vezes anulações e prescrições de processos criminais. A lerdeza do andamento ordinário dos processos, da primeira instância às instâncias superiores, também abre a possibilidade de interferências seguidas nos processos, até sua conclusão pela autoridade do juiz/juizes. O processo penal desconfia do acordo entre as partes, e diz a doutrina que mesmo que as partes estejam de acordo, o juiz pode continuar pesquisando, para descobrir a verdade real.

Esses processos envolvem corporações – Polícia Federal, Ministério Público Federal, a Magistratura Federal, a Defensoria Pública Federal e a Advocacia – que não atuam, em geral, em consonância, mas competem por

prioridades na execução de seus trabalhos. Por exemplo, aqui no Rio, a Operação Lava a Jato é desenvolvida pela Justiça Federal: não incorpora Polícia Federal porque cuida do combate a drogas.

Quanto à atuação do juiz, tem-se de registrar que ele precisa autorizar as diligências solicitadas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público. Tem de inteirar-se das justificativas da investigação proposta. Daí ser inevitável que o juiz se envolva no processo investigativo, arranhando a tradição brasileira, segundo a qual o juiz deve se manter imparcial e equidistante em relação às partes.

As críticas não levam em conta que, desde a Constituição de 1988, nada mudou na prática. O processo penal é uma “ciência” do direito processual, que não se comunica automaticamente com a “ciência” do direito constitucional. Isso cria uma ambiguidade, sob a qual se trabalha o tempo todo aqui no Brasil, especialmente no direito processual penal, que tanto pode ser acusatório e presumir a inocência, quanto se desenvolver, desde o inquérito policial inquisitorial, de maneira a presumir a culpa do acusado. Ora evocam-se a Constituição e seus direitos fundamentais para defender as pessoas, ora esses direitos constitucionais não têm a oportunidade de serem evo-

cados e/ou aplicados.

A possível contradição entre esses direitos fundamentais e as práticas processuais ordinárias não é exclusiva do processo penal. O professor Roberto da Matta escreveu há 40 anos artigo seminal, intitulado “Você sabe com quem está falando?”, em que indicava sermos uma sociedade com representações igualitárias da lei, a ser aplicada universal e uniformemente aos indivíduos, e termos também uma representação da sociedade extremamente hierarquizada, que se espelha nos privilégios processuais que estão aí desde sempre. Para citar apenas um exemplo, entre vários, destaca-se a prerrogativa de função, de pessoas que estão próximas do Estado e, por isso, têm direito ao processo ser iniciado pelas instâncias superiores. Estima-se em 42 mil o total de pessoas nessa situação.

Ou seja, as pessoas são tratadas processualmente não em função do delito que são acusadas de cometer, mas de acordo com seus status social. Várias tentativas já foram feitas para rever essa situação.

**RD: A despeito do questionamento pelo**

**ministro Sérgio Moro da autenticidade dos fatos revelados pela Vaza Jato, qual é, a seu ver, a implicação disso para a justiça, no paradigma do Estado Democrático de lei, instituído pela Constituição de 1988?**

RK: A primeira consequência é revelar à população como funciona o processo penal. A Constituição mudou os parâmetros que estavam estabelecidos até então, sobretudo com relação ao devido processo legal, da igualdade entre as partes do processo. A Constituição faz parte da ciência do direito constitucional, e o processo é definido pela ciência do processo penal que permanece meio inquisitorial, meio acusatorial. Essas duas “ciências” nem sempre conversam, a não ser quando é conveniente e possível a “conversa” ser levada ao Supremo Tribunal Federal. Se permanecer nas instâncias inferiores, depende do juiz, que poderá se guiar pelo texto da Constituição ou pelos termos do processo. Não se substituiu o Código de 1941, está-se tentando desde há muito fazer um novo Código de Processo, e essa ambiguidade não deixou que esse código tivesse nova versão de 1988 para cá. Está mais do

“  
ESTUDOS RECENTES REVELAM  
QUE OS MEMBROS DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO PROCURAM UM  
PROTAGONISMO, REGISTRADO  
NA CONSTITUIÇÃO DE 1988, QUE  
SE DEFINE EM DEIXAREM DE SER  
MEROS ACUSADORES E PASSAREM  
A SER TAMBÉM “FISCAIS DA LEI”  
”

que na hora de uma discussão aprofundada a respeito.

**RD: O sr. quer dizer que, aparentemente, os últimos acontecimentos da Lava Jato nada mais fizeram do que desnudar uma situação de ambiguidade estrutural, presente de longa data. Esse desnudamento tem ocasionado situação de mal-estar na sociedade, fonte de demanda por mudanças. Mas nem sempre as mudanças são virtuosas; propõe-se, por exemplo, o fechamento do STF. Haveria alguma saída virtuosa dentro do Estado Democrático de direito para essa situação de ambiguidade que os vazamentos da Lava Jato estão, digamos assim, mostrando.**

RK: Da Matta se opôs (1979) às teorias então majoritárias, de que o Brasil estava inexoravelmente se modernizando, se industrializando, se urbanizando. E que, portanto, o conflito de classes iria surgir e orientar nosso futuro para longe do que se chamava – e ainda se denomina pejorativamente – de clientelismo, patronagem, etc. Era uma aplicação original das teorias do francês Louis Dumont, para quem a sociedade brasileira se representava como ambígua, porque ora os segmentos sociais eram desiguais e complementares – vivendo em harmonia em uma hierarquia holística – ora era um conjunto de indivíduos iguais que se opunha, orientado por princípios igualitários e individualistas. Essa ambiguidade estrutural da sociedade também se estende para nossa cultura jurídica, especialmente nesta discussão jurídico-processual.

O papel do cientista social, no caso, o meu e o de meus colegas pesquisadores no Instituto de Estudos Comparados de Administração de Conflitos, é lidar com essas questões de maneira transparente. O mundo jurídico constrói seu saber com fundamento na lógi-

ca do contraditório, regida pelo argumento da autoridade, ambiente em que uns estarão de um lado, e outros, de outro. Em caso de discórdia, caberá ao tribunal resolver o problema. Só que ele o faz individualmente. Mas não se trata de um problema individual. Não é um problema do Lula, não é um problema das pessoas, é um problema estrutural da lei processual e de suas práticas naturalizadas. Para mudar isso, as forças sociais, os movimentos sociais etc., inclusive os juristas interessados é que tem que se mobilizar.

**RD: Com base em suas pesquisas, como o sr. vê a repercussão nas áreas do Judiciário e da segurança pública, desses aspectos relacionados às liberdades?**

RK: Meu colega Luís Roberto Cardoso de Oliveira tem um trabalho interessante e original sobre a matéria. Fala da convivência de duas ideias de igualdade no Brasil: a igualdade jurídica dos semelhantes a nós, que vale para aqueles que são iguais a nós, e, portanto, os “diferentes” são desiguais e não devem ter os mesmos direitos, ideia de igualdade do antigo regime; e outra ideia republicana, da igualdade em direitos dos diferentes. Uma representação de igualdade vê a outra como sendo injusta e desigual. Rui Barbosa defendia que a “regra da igualdade é aquinhoar desigualmente os desiguais na medida em que se desigualem” (1920). Considerava essa representação da igualdade como uma desigualação proposta pelo direito, que se opõe à desigualação produzida pelo mercado. Mas, nas revoluções burguesas, instituiu-se outro paradigma: a ideia de que o direito tem de igualar formalmente os diferentes indivíduos com os mesmos direitos, diante da inevitável desigualação operada pelo mercado.

Não tem sido fácil se conceber, juridicamente, no Brasil, a visão republicana da igualdade

*“Não tem sido fácil conceber, juridicamente, no Brasil, a visão republicana da igualdade perante a lei, e do judiciário como garantidor desses direitos ditos civis”*



Foto: Divulgação

perante a lei, e do Judiciário como garantidor desses direitos ditos civis. Nossa independência encontrou um país imperial, de brasileiros nobres e plebeus, e imenso contingente de escravos, que não eram plenos sujeitos de direito, juridicamente chamados “semoventes”. Todos se consideram como operadores de justiça. Quer dizer, cada um acha que está fazendo justiça, embora, muitas vezes, operando contraditoriamente. Mas, do seu ponto de vista, seja hierárquico ou igualitário, a justiça está sendo feita. E essa falta de diálogo, articulação e de consenso é que é o problema.

Não é o direito que desigual, é o mercado, todo mundo vai se desigualar de acordo com sua participação no mercado. No nosso caso, o direito desiguala antes do mercado e, por isso, favorece cartéis e monopólios, e o mercado tem de pedir licença a ele para exercer seu poder desigualador.

**RD: Como o sr .vê o papel político exercido por membros do Ministério Público? Há exorbitância no papel que desempenham?**

RK: Estudos recentes revelam que os membros do Ministério Público procuram um protagonismo, registrado na Constituição de 1988, que se define em deixarem de ser meros acusadores e passarem a ser

também “fiscais da lei”. Nessa passagem, o Ministério Público se erige com um tutor da sociedade brasileira, podendo intervir e atuar em defesa daquilo que a sociedade ou mesmo grupos e indivíduos não se importam em atuar. Esses agentes públicos desejam explicitamente tutelar a sociedade brasileira. Trata-se de uma tutela que representa apenas mais uma aplicação da regra da igualdade e do sentido de justiça que, como já disse, é ambíguo no Brasil. E com isso, eles passam a rivalizar com a Magistratura, que seria meramente reativa e não teria protagonismo.

Até o Mensalão, até a Lava Jato – lembrando que o ministro Joaquim Barbosa era do Ministério Público, do Rio –, esse protagonismo estava majoritariamente com o Ministério Público. A partir da Lava Jato, o protagonismo da tutela saltou para o juiz, que, articulado com as outras corporações, retoma a mesma ideia de se tornar agente público com visibilidade. Há uma competição entre o Ministério Público e a Magistratura, especialmente na órbita federal. A Magistratura no topo da pirâmide porque é ela que decide. Os juízes da Lava Jato se apropriaram dessa visibilidade pública, de acordo, aliás, com a própria Constituição de 1988, que lhes deu essa liberdade de optar entre serem acusadores e fiscais da lei.

# Controle de armas no Brasil, sempre pela culatra

Tema da segurança pública ganhou tanto espaço nas discussões políticas e nas últimas eleições, que cada candidato precisou apresentar soluções convincentes e de fácil digestão pelo eleitorado

**H**á alguns anos, em um raro momento de racionalidade e responsabilidade, nossos representantes eleitos propuseram a completa proibição do comércio e da propriedade privada de armas de fogo, que se tornariam exclusivos das forças públicas. De fato, os EUA, único país relevante a não adotar essa medida, têm estatísticas de homicídios e assaltos que, se não espantam aos brasileiros, sempre foram escandalosamente maiores que as da Europa, Ásia, Oceania e mesmo de parte da África: crime comum e organizado existe em toda parte, mas a violência grave é atualmente um fenômeno circunscrito ao continente americano.

Infelizmente, a população não referendou a proposta, de maneira que tivemos que nos contentar apenas com requisitos mais restritivos para o porte de armas em via pública. Foi o bastante não para diminuir o número de homicídios, mas para frear sua taxa de crescimento.

Todavia, com a cobertura jornalística criminal crescente, a empatia humana nos faz sofrer a cada notícia, quase como se o fato houvesse atingido alguém próximo. Então, imaginamos uma "onda de crimes", quando na verdade estudiosos como Steven Pinker demonstram que, no geral, a violência vem diminuindo ao longo da História e em quase todo o mundo. Isso e outros fatores fazem surgir um fenômeno que os psicólogos denominaram *fear of crime* (medo do crime), isto é, um temor coletivo, exagerado e patológico, da vitimização.

Não é à toa que o tema da

segurança pública ganhou tanto espaço nas discussões políticas e que, nas últimas eleições, cada candidato precisou apresentar soluções convincentes e de fácil digestão pelo eleitorado. Soluções que ao menos parecessem novas; de preferência, algumas cuja efetividade não pudesse ser cobrada mais tarde. Como não foi muita a criatividade, a ideia mais à mão era propor a volta de uma época idílica que jamais existiu, na qual os "cidadãos de bem" andavam armados e os "meliantes" viviam acuados (além de serem executados sumariamente).

Não faz o menor sentido portar uma arma para se defender de um roubo, muito ao contrário. Como o assaltante sempre escolhe o melhor momento, geralmente está em grupo e conta com o fator surpresa, as circunstâncias são francamente desvantajosas para os que tentam reagir. E mesmo os policiais correm muito mais risco quando fazem "bico" como seguranças do



O presidente Jair Bolsonaro, o ministro da Defesa, Fernando Azevedo, e o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, durante cerimônia de assinatura do decreto que flexibiliza a posse de armas no país, em 15/01/2019



Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

**Apresentação de armas,** munição e pasta-base de cocaína apreendidos em operação da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e Polícia Civil em Itatiaia (18/01/2018)

que em serviço. Na verdade, ter uma arma consigo faz de você uma vítima preferencial, pois ela é tudo o que um criminoso pede ao Papai Noel.

Fuzis são pouco mais que um arsenal de exibição, cuja principal função é dissuasória, mais ou menos como a da bomba atômica. Na violência cotidiana, são usadas quase exclusivamente armas curtas. Quando falamos de homicídios, ainda existe alguma participação de pistolas de uso restrito das Forças Armadas ou policiais, mas, nos roubos, as armas apreendidas são quase todas de fabricação nacional e calibre permitido, geralmente bastante velhas. Em outras palavras, a violência que nos atinge é praticada quase somente com as armas fabricadas e comercializadas legalmente – a maioria durante o período de descontrole –, que mudaram de mãos e de lado. Cerca de quatro milhões.

O Espírito Santo, que já foi campeão nacional de violência e teve sua taxa de homicídios decuplicada até 2008, nos últimos dez anos conseguiu reduzi-la quase pela metade com uma política simples, mantida apesar das alternâncias no governo: enquanto a PM redobrava a repressão ao porte ilegal, a Polícia Civil investigava prioritariamente esses crimes. Paralelamente, políticas sociais buscam conferir estabilidade a esses avanços na segurança pública. Como já se consolidou uma tendência de redução sistemática dos crimes letais intencionais, estão criadas as condições para que o mesmo trabalho seja feito

“

O ASSALTANTE SEMPRE ESCOLHE O MELHOR MOMENTO, GERALMENTE ESTÁ EM GRUPO E CONTA COM O FATOR SURPRESA; AS CIRCUNSTÂNCIAS SÃO FRANCAMENTE DESVANTAJOSAS PARA OS QUE TENTAM REAGIR

”

em relação aos crimes patrimoniais, especialmente o roubo.

É com inquietação e tristeza que as autoridades capixabas acompanham a discussão nacional armamentista. Não estamos apenas debatendo se o cidadão deve se defender individualmente, em vez de o Estado assumir essa obrigação de maneira eficiente. Se afrouxarmos os já pequenos limites ao armamento civil, é inevitável que aumente o número de crimes em conflitos interpessoais comuns, domésticos, no trânsito etc. E é inevitável que, ao longo do tempo, essas armas substituam aquelas que vem sendo apreendidas dos criminosos, anulando os avanços obtidos com trabalho penoso e demorado de nossos policiais. É fabricar gelo para os outros enxugarem.

Sinto muito dizer isso, mas a violência tem solução, sim. Apenas dá trabalho, leva tempo e exige racionalidade. Se insistirmos na canetada, a tinta vai vazar.



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

**HENRIQUE GEAQUINTO  
HERKENHOFF**

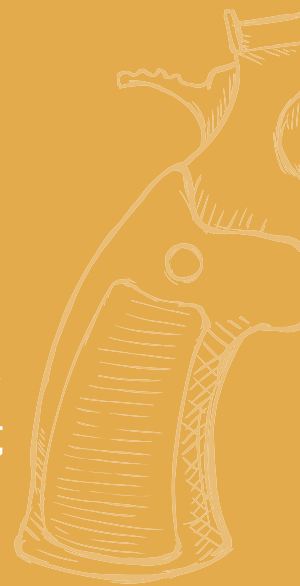


Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil



**Mudanças nas regras do jogo para as eleições municipais de 2020** podem ser realizadas pelo Congresso Nacional até 4 de outubro. Ainda não há movimentação, mas até setembro tudo pode mudar

## O que muda na Lei Eleitoral para 2020

Duas importantes alterações estarão em vigor pela primeira vez nas eleições municipais de 2020. A primeira trata da propaganda eleitoral, e a segunda aborda as coligações partidárias

**A**s regras do jogo para as eleições municipais de outubro de 2020 podem ainda ser alteradas este ano, desde que as modificações ocorram até o próximo dia 4 de outubro, ou seja, um ano antes do pleito. No presente momento não há grandes movimentações no Congresso, mas até setembro isso pode mudar.

No entanto, duas importantes mudanças nas leis eleitorais estarão em vigor pela primeira vez nas eleições municipais de 2020. A primeira é a mudança na Lei Eleitoral, no que diz respeito à propaganda eleitoral, determinando que, nas eleições municipais, apenas os candidatos majoritários irão aparecer na TV e no rádio, no horário regular. Os candidatos a vereador terão direito apenas a uma parte (40%) do tempo do partido destinado às chamadas

inserções, propagandas de um minuto ou 30 segundos distribuídas ao longo do dia, das 5 da manhã até a meia noite.

A alteração mais importante, entretanto, é proibição de coligações entre os partidos políticos nas eleições para vereador, assim como para deputados federal, estadual e distrital.

Essa mudança, definida por uma emenda à Constituição (EC 97, de 2017), não se aplicou às eleições gerais do ano de 2018, passando a valer nas eleições municipais de 2020. Cada partido deverá lançar nesse pleito, portanto, uma lista de candidatos capazes de somar votos em número bastante para alcançar o quociente eleitoral.

O quociente eleitoral é definido pela divisão entre o número de votos válidos da eleição para vereador, pelo número de cadeiras que compõem a



Câmara Municipal. A maior parte dos municípios brasileiros, mais de 3.200 dos 5.569 existentes, tem seu Poder Legislativo municipal composto por nove vereadores. O quociente eleitoral é, nesses casos, de 11% dos votos válidos.

A proibição de coligações será um pouco mitigada por outra alteração no sistema eleitoral, ocorrida no Código Eleitoral. Ela permite que todos os partidos participem do rateio das vagas que sobram após o primeiro cálculo dos quocientes eleitorais e partidários.

Pode-se afirmar, portanto, que, para eleger um único vereador na maior parte dos municípios brasileiros, o partido político deve ter como objetivo uma votação próxima de 10% dos votos válidos.

Não será diferente o quadro nas grandes cidades: tome-se como exemplo o caso de São Paulo, o menor quociente eleitoral do país, em termos relativos. Há 55 vereadores em São Paulo, o que se traduz em um quociente eleitoral de pouco menos de 2% dos votos. Na verdade, são precisos 1,81% (100 dividido por 55). Nas últimas eleições, a maior cidade brasileira tinha

“  
PARA ELEGER UM ÚNICO VEREADOR  
NA MAIOR PARTE DOS MUNICÍPIOS  
BRASILEIROS, O PARTIDO POLÍTICO  
DEVE TER COMO OBJETIVO UMA  
VOTAÇÃO PRÓXIMA DE 10% DOS  
VOTOS VÁLIDOS.  
”

8.886.195 eleitores. Compareceram ao pleito 6.945.741 e votaram validamente nas eleições para vereador 5.530.590 eleitores. Disso resultou o quociente eleitoral de 97.465 votos.

A coligação do PPS com o PHS e o PMB obteve 257.668 votos. Desse resultado, colheu dois quocientes eleitorais (257.6868 dividido por 97.465). No cálculo das sobras, elegeu mais um. É possível estimar, a partir do número de eleitores que o município tem em maio de 2019, de 8.916.050, apenas 30 mil a mais do que em 2016, que o número mínimo de votos para eleger um vereador deve ficar em volta de 100 mil. Isso se forem mantidos os padrões históricos de comparecimento e de votos nulos e em branco, assim como o padrão de crescimento do número absoluto de eleitores. O PPS obteve na cidade, em 2016, somados os votos em seus candidatos e na legenda, 99.758 votos.

Essa é uma das informações básicas para a elaboração da lista partidária de candidatos a vereador e da política eleitoral. A mesma especulação pode ser realizada em qualquer outra cidade.



Foto: José Cruz/Agência Brasil

**A propaganda eleitoral pode ser alterada para as eleições municipais** e apenas os candidatos majoritários vão aparecer na TV e no rádio no horário regular



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR  
**ARLINDO FERNANDES DE OLIVEIRA**

Foto: Ailton de Freitas





## Jovens de periferia mobilizam 'arte de protesto' no DF

**E**m meio à chuva de estatísticas produzidas todos os anos no Brasil, jovens sobreviventes da guerra às periferias se mobilizam, conjuntamente, para fortalecer a maior arma de suas comunidades pela vida: a conscientização. Assim como em outras partes do país, o número de movimentos socioculturais tem aumentado em Brasília e cidades próximas. E, dessa forma, eles deixam de ser socialmente invisíveis para travarem uma incessante luta por garantia de direitos.

Já não se perdem nos números dos mais diversos levantamentos, que, às vezes, até se contradizem por conta das distintas fontes de dados, embora sejam importantes para a definição e a melhoria de políticas públicas. Cada vez mais, eles têm saído do anonimato para ocupar ruas, praças, parques e regiões centrais das cidades e mostrar suas artes. Só no Distrito Federal, há mais de 50 movimentos que reúnem jovens de periferia, conforme apurou a reportagem.

Desde o mês de junho, por exemplo, parte desses jovens passou a ocupar, eventualmente, o Espaço Arildo Dória, acima da Biblioteca Salomão Malina. As duas unidades pertencem à Fundação Astrojildo Pereira (FAP), vinculada ao Cidadania. A seguir, confira as histórias de quatro pessoas selecionadas pela *Revista Política Democrática Online*, incluindo trechos de poesias escritas por elas.

# O grito de basta



*Ser pobre é ser estigmatizada por não morar em bairro nobre,*

*Por ter que estudar em universidade particular*

*Porque, mesmo preta e pobre*

*Nem as cotas posso legitimar!*

*Gritam logo que é esmola, que eu tenho que batalhar!*

*Perguntam: e a meritocracia, já ouviu falar?*

*Eu respondo: e direitos iguais, vocês já sabem oportunizar?*

*Nega Lu*

Olhar firme. Voz de revolta. Corpo franzino. Estatura mediana. Cabelo crespo. São o estilo e a essência de uma jovem resistente. O grito dá vida ao protesto que ecoa da boca de Luana Rocha de Queiroz, de 22 anos, conhecida como Nega Lu. Moradora da comunidade Santa Maria, a cerca de 30 quilômetros da área central de Brasília, ela encontra nos movimentos culturais uma forma de enfrentar o preconceito e conscientizar outros jovens de periferia a fazerem valer seus direitos.

– Na escola, ainda criança, já era xingada por causa do meu cabelo. Por isso, passei a escovar a franja e enchê-lo de creme para não ficar alto. Me chamavam de bombril. O bullying e o racismo são muito perversos, mas o empoderamento veio com o tempo, afirma ela.

Aos 14 anos, Luana começou a se envolver com movimentos de estudantes e em defesa do passe livre. Foi assim que ela abriu ainda mais sua cabeça fora dos preconceitos e padrões socialmente definidos, aumentou a resistência à discriminação que chega até em forma de brincadeira e passou a usar sua voz como escudo para obter e transmitir conhecimento aos próximos sobre a importância de não relativizar o racismo e as tentativas de criminalização da periferia. Iniciou dentro da própria casa.

– Comecei a ler livros sobre comunicação não-violenta para arrumar uma forma adequada de dialogar com minha mãe e meu irmão, de maneira que não me olhassem como a militante que queria discutir política. Eles começaram a se abrir mais. Meu irmão hoje assume o cabelo crespo. Minha mãe passou por transição capilar, mas não se adequou, ainda escova o cabelo, o que é um direito dela, pondera a jovem.

Assistente social por formação, Luana concluiu a faculdade com uma pesquisa sobre empoderamento da mulher preta no contexto histórico e social brasileiro e aposta na educação como principal caminho para garantir e equiparar direitos. Defensora das cotas para negros no Ensino Superior, ela participa de diversos projetos sociais e atua em instituições públicas como voluntária.

– Na Unidade de Internação de Santa Maria (UISM), onde, por decisão judicial, estão internados cerca de 300 jovens em conflito com a lei, desenvolvo um projeto com hip hop para que esses adolescentes consigam resgatar seu protagonismo como cidadãos. A gente não pode deixar de acreditar: as palavras, a rima e a poesia podem conscientizar, explica ela.

Com cerca de 200 mil habitantes, Santa Maria é a segunda região mais violenta do Distrito Federal, atrás apenas de Ceilândia, distantes 40 quilômetros uma da outra. Luana continua seus planos e já idealizou o projeto As Poetisas na Cena, cujo objetivo é auxiliar no processo de empoderamento literário da periferia. Ela também integra o projeto A Cidade é Nossa, selecionado por um chamamento público do Instituto de Estudos Socioeconômico (Inesc), que repassou R\$ 5 mil para o desenvolvimento de oficinas e atividades culturais do dia 26 ao dia 28 deste mês, na praça central de Santa Maria.

# Chega de guerra à periferia

Papel em branco é a principal matéria-prima do estudante Werick Heslei Pereira da Silva, de 20 anos. Em sua cabeça, a palavra ganha ritmo e transforma o dia a dia em versos de desabafo que registram os reflexos das diversas formas do poder simbólico. E, muitas vezes, oculto. Passa despercebido, mas, como diz o jovem, deixa sinais profundos em uma sociedade excludente, desigual e injusta.

– Tudo isso se reflete por meio da intolerância religiosa, violência policial e violência institucional do Estado nas periferias, por exemplo, afirma ele.

Adepto do candomblé, Werick costuma vestir calça branca folgada, uma das referências de sua religião. Morador da periferia de Brasília, ele diz que não há democracia em um país em que falta respeito à diversidade, o que, conforme acrescenta, é essencial para que as pessoas exerçam a cidadania de forma plena.

O jeito calmo, a voz tranquila e o olhar um pouco caído dão lugar a um personagem cheio de energia toda vez que o estudante usa a poesia para protestar em público. É como se o corpo e a alma fossem tomados por uma entidade e, a partir de então, o jovem não falasse mais por si mesmo. Assim, a periferia passa a ser encenada.

– A gente é acostumado a aprender que ser da periferia é feio, mas a periferia

*Democracia e cidadania,  
duas coisas que não existem  
no Brasil. Pois aqui,  
manda quem tem o poder. E  
quem tem o poder não quer  
direitos, quer privilégios.  
Questionar isso é sacrilégio.*

*Werick*

é muito rica. O samba veio da periferia e a capoeira ganha força no contexto de pessoas marginalizadas. A guerra pintada contra a periferia reforça uma face cruel do poder simbólico. A burguesia acha que quem é da periferia tem que limpar chão e não pode ascender na vida, mas não é assim, destaca o estudante.

Na opinião de Werick, é muito positivo o crescimento de movimentos socioculturais que reúnem jovens marginalizados, para que eles reforcem seu papel como cidadãos e

atuem em busca de oportunidades nos diversos espaços da sociedade, principalmente, no mercado de trabalho.

– É importante que as pessoas das favelas ocupem os espaços das cidades. Com isso, torna-se mais fácil que pessoas de várias quebradas [regiões] se aproximem, criem redes e fortaleçam os laços comunitários, enfatiza ele.



# Da depressão à “revolta poética”

Foto: Alton de Freitas



*Faça-me um favor. Pegue esse controle que controla sua vida e desligue-o. Entenda que o preto e a preta, isso mesmo que você ouviu, o preto e a preta são gente que tem que estar ao meio, que tem que estar à frente, que tem que estar igual.*

*Pare de achar que a realidade da TV caracteriza um preto real, porque em cor até pode ser desigual, mas nada justifica o preconceito racial. É necessário, sim, mais atuação negra, não com os mesmos papéis repetidos em rede nacional.*

*Araian*

– A poesia vem de repente. O que me inspira é minha visão sobre a realidade, o sentimento do momento, como revolta, amor, aflição, tristeza. Ultimamente, estou sentindo mais revolta porque cada notícia é gritante, afirma a balconista de padaria Naiara de Jesus Barbosa, de 27 anos, conhecida como Araian Poeta.

Ela mora em Ceilândia, a região mais violenta do Distrito Federal, a 30 quilômetros da área central de Brasília. cursou o Ensino Médio completo, mas ainda não conseguiu ingressar no Ensino Superior. Vê na língua portuguesa sua maior aliada para manifestar, em versos, as inquietações da vida, principalmente contra o racismo, e anda sempre com um sorriso largo no rosto.

Araian Poeta e sua irmã gêmea são as mais novas de cinco filhos, que, desde cedo, tiveram de acompanhar a mãe em ocupações urbanas. Abandonada pelo pai, carrega nos documentos oficiais apenas o nome da mãe. Quando ela tinha 18 anos, tentou estabelecer o primeiro contato com o pai, mas sem êxito.

– Uma vez, ele me bateu e quebrou um dente meu. Ironicamente, a única coisa que tinha

dele ele fez questão de tirar, que foi meu sangue, lamenta ela, ressaltando que não há qualquer chance de novo contato entre os dois. Ela nem sabe o paradeiro do pai.

Além de racismo, a autora, frequentemente, usa as palavras para reagir à violência e à criminalidade contra a mulher. Tudo veio se aprimorando com o passar dos anos. O estímulo para a escrita começou ainda na escola, no Ensino Médio.

– E tinha 15 anos. A professora de português Andréa Alves pediu à turma do 1º ano para fazer uma poesia. Saiu minha primeira poesia. Meus colegas de sala de aula foram a minha primeira plateia. Quando li, todos aplaudiram muito, ela adorou, lembra Araian Poeta.

Quando teve depressão, a jovem descobriu que escrever também é uma grande terapia para a vida. Ela já escreveu três livros, mas não conseguiu publicar nenhum por falta de verba e de interlocução junto a potenciais editoras.

– Sou uma poesia ambulante, a poesia sou eu. Só descrevo o que penso, o papel não enjoga de me ouvir, ele me escuta, afirma.



Foto: Alitton de Freitas

*Só guarde, meu senhor,  
O que dá favela sobrou.  
O sonho vive  
E eu declaro guerra ao terror!  
Declaro guerra ao ditador  
Declaro guerra ao falador que não quer te ver  
conquistando o que você quer.  
Se der uma chance para o nosso povo, nós fazemos  
bem melhor que você e, às vezes nem toma café da  
manhã.  
Cotidiano Itapoã,  
Onde nasce talento do chão que tem mais sangue  
que o HRAN.*

*João Vitor*

## Empatia, sempre; preconceito, jamais

Em referência ao Hospital Regional da Asa Norte (HRAN), em Brasília, o estudante João Vitor Brito Araújo, de 20 anos, faz um trocadilho usando a unidade de saúde e os reflexos da criminalidade na região em que mora, a 18 quilômetros da área central de Brasília. Itapoã, assim como outras periferias da Capital Federal, concentra grande número de pessoas que, todos os dias, se deslocam até o Plano Piloto para trabalhar.

Apesar da dificuldade financeira, João Vitor, que cursa Turismo na Universidade de Brasília (UnB), não deixa morrer dentro de si os sonhos que o motivam a viver. Idealizador do projeto Batalha de MCs, que reúne, em uma praça perto de sua casa, jovens da comunidade que curtem hip hop, ele acredita que jovens de periferia não podem se entregar ao medo que impõem sobre a vida nessa região.

– O que me motivou foi ver pessoas próximas de onde moro sem condição nem de ir ao cinema, comprar roupa nova, construir a própria história. Por isso, paravam a vida. Não tinham nada de cultura nem de lazer. Para mim o dinheiro está corrompendo e fazendo as pessoas perderem o sentimento de comunidade. A gente perde o sentido quando só olha para o dinheiro e ignora a nossa periferia ao nosso redor, afirma.

Segundo João Vitor, os jovens e toda a comunidade excluída dos espaços de discussão na sociedade devem se unir para

que construam, conjuntamente, o que ele chama de “identidade coletiva” e desenvolvam empatia. É isso que, conforme ressalta, pode contribuir para que as pessoas tenham perspectiva de uma vida com mais oportunidades.

– É preciso viver com sonhos. Meu maior sonho é dar uma casa para a minha mãe, mais conforto pra ela... E conseguir ter o conforto que mereço com a minha arte. Quero pelo menos ter sossego onde moro. Como diz a música, “o que eu quero é ser feliz, viver tranquilamente na favela onde nasci”, diz ele.





Como São Paulo, diversas cidades realizam a Parada LGBT: Em Brasília, participantes percorrem com animação o trajeto entre o Eixo Sul e o Museu da República

## 28 de junho – Dia Internacional do Orgulho LGBTQ+

A Parada Gay de São Paulo, que este ano reuniu mais de três milhões de pessoas em sua 23ª edição, ganha força como um dos eventos políticos de grande expressão no país

O dia 28 de junho é comemorado como o Dia Internacional do Orgulho LGBTQ+ em homenagem ao 28 de junho de 1969, quando a polícia reprimiu duramente as pessoas LGBTQs, no bar *Stonewall Inn*, em New York, e elas resistiram enfrentando a violência policial por três dias. No ano seguinte, realizou-se a 1ª Parada Gay nessa cidade e, ano a ano, elas foram se propagando mundo afora, a exemplo das comemorações pelo Dia Internacional da Mulher – 8 de março.

No Brasil, desde 1996 as paradas do Orgulho Gay são realizadas. Neste ano, São Paulo realizou sua 23ª com o tema “50 anos de Stonewall – Nossas conquistas, nosso orgulho de ser LGBTQ+”, reunindo mais de três milhões de pessoas. Podemos dizer que é o evento político de maior expressão no país.

Pouco antes, em 13 de junho, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamen-

to de Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão, visando à criminalização da homofobia e da transfobia. Estas ações foram ajuizadas pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e Intersexos (ABGLT), em 2012, e pelo Partido Popular Socialista (atual Cidadania), em 2013. O entendimento da maioria dos ministros (8x3) foi pela equiparação dos crimes de LGBTQfobia ao racismo, à medida que consideraram que o conceito de racismo se aplica às discriminações contra grupos sociais minoritários. Esta decisão vigora até que o Congresso Nacional aprove lei sobre a matéria.

Os acontecimentos, nos âmbitos da sociedade civil e do Poder Judiciário, são amplamente desconsiderados pelo atual Governo Federal. Recentemente, o Ministro das Relações Exteriores, através de recomendação oficial, orientou o corpo diplomático a considerar o gênero como



“

DESDE MEADOS DO SÉCULO PASSADO, PSICANALISTAS, MÉDICOS E PROFISSIONAIS DAS CIÊNCIAS HUMANAS RECONHECEM QUE A IDENTIDADE DE GÊNERO, OU 'SEXO PSICOLÓGICO', NÃO ACOMPANHA NECESSARIAMENTE O SEXO BIOLÓGICO

”

o sexo biológico, feminino ou masculino. Esta orientação contrasta profundamente com os conhecimentos acumulados sobre a questão.

Desde meados do século passado, psicanalistas, médicos e profissionais das ciências humanas reconhecem que a identidade de gênero, ou “sexo psicológico”, não acompanha necessariamente o sexo biológico. Os estudos de gênero, desenvolvidos por feministas e acadêmicas/os, afirmam que o gênero é uma construção social, relacional, categoria analítica, relação de poder e uma questão de identidade dos sujeitos. Posteriormente, os estudos sobre diversidade sexual e de gênero sustentam a pluralidade de identidades e de desejo/práticas sexuais dos sujeitos, e os estudos *queer* afirmam a transitoriedade e questionam as identidades fixas e os binarismos.

Atualmente, o Facebook registra mais de 70 autoneomeações de gênero, entre as quais o transgênero binário e não binário, gênero fluido, bigênero, gênero neutro. Nessa medida, a indicação para que a marca sexual no corpo seja equiparada ao gênero feminino ou masculino é uma expressão obscurantista, biologizante e de negação da realidade, das escolhas, orientações e identificações dos sujeitos.

No Brasil, inexistente uma legislação sobre orientação sexual e identidade de gênero aprovada pelo Congresso Nacional, que há mais de duas décadas se vem furtando a regulamentar o campo. Diante dessa fal-

ta, o STF tem sido acionado para garantir os direitos e liberdades fundamentais dos sujeitos. Destacam-se as seguintes deliberações sobre a matéria: em 2011, o STF reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo; em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) regulamentou o casamento civil homoafetivo; em 2015, o Supremo autorizou a adoção de crianças por casais homossexuais; e, em 2018, o STF autorizou as pessoas transgênero, maiores de 18 anos, a trocarem em cartório o nome e o sexo nas certidões de nascimento e de casamento (esta com autorização do/a parceiro/a), independentemente de cirurgia de redesignação sexual, o que foi posteriormente regulamentado pelo CNJ.

As intervenções no corpo visando a ajustá-lo à identidade de gênero dos sujeitos (como cada um se sente e se identifica com o feminino e/ou masculino ou outras identificações) ocorrem via tratamento hormonal e cirúrgico. Reconhecer a diversidade de corpos sexuados, de identidades/expressões de gênero e de desejos/práticas sexuais (aqui pensadas entre jovens e adultos e de forma consensual) é fundamental para a construção de uma sociedade democrática. Mas não só. Também é essencial o desenvolvimento de políticas públicas que defendam e protejam os direitos da população LGBT+ e que criminalizem aqueles que discriminam e violentam os direitos dessa população.



**Manifestantes durante protesto na orla da praia de Copacabana** a favor dos direitos da comunidade gays: STF tem sido acionado para garantir os direitos e liberdades fundamentais



SAIBA MAIS SOBRE A AUTORA

**ALMIRA RODRIGUES**

Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil

# O sinistro da modernidade

Batman é um herói da metrópole, da megalópole. Gotham City é mais do que uma Nova York recriada. É a própria cidade aterrorizante das multidões anônimas e dos crimes hediondos

**B**atman é um herói das histórias em quadrinhos marcado por uma profunda ambiguidade. Desde que foi criado, há oitenta anos, em 1939, por um jovem de 18 anos, Bob Kane, é talvez o personagem que mais se aproxima do homem comum e, ao mesmo tempo, o assusta pelo seu lado sinistro, noturno, diabólico.

Talvez seja mais do que simples coincidência ele ter nascido no ano da morte de Freud, pois é uma criação típica dos tempos pós-psicanálise. O próprio Freud escreveu um texto em 1919, intitulado *O sinistro*, que pode dar pistas para uma melhor compreensão desta figura noturna. Neste texto, um dos poucos explicitamente dedicados às questões estéticas, Freud destaca uma novela de E. T. A. Hoffmann, *O homem da areia*, e demonstra o que tem de assustador no que é, também, incerto, ambíguo, duvidoso, entre o que se vê e o que se imagina ter visto. *Sinistro* é algo que, embora próximo, causa espanto, angústia, pavor. Algo a ver com o demoníaco.

O criador de Batman, embora jovem, parecia ter consciência disso. Bob Kane se criou no Bronx, em Nova York – no mesmo bairro em que, um século antes, Edgar Allan Poe escreveu muitos contos e seu poema O corvo –, inspirando-se em novelas policiais e em quadrinhos mais noturnos, como O homem de negro e O Sombra. Além do Zorro e sua dupla identidade, é claro.

O roteiro, de Bill Finger, era imaginoso e propunha charadas, no estilo Sherlock Holmes, para o herói desvendar. Seus bandidões, entre a genialidade e a loucura, criavam as mais diversas dificuldades, tendo muito mais em comum com Batman do que com a ordem vigente. O Coringa, o Charada, o Pinguim, o Duas-Caras e a Mulher-Gato estiveram sempre à altura do mocinho.

Batman é um herói da metrópole, da megalópole. Gotham City é mais do que uma Nova York recriada, com seus becos e

avenidas, com seus prédios e automóveis em velocidade. É a própria cidade aterrorizante das multidões anônimas e dos crimes hediondos. E o herói nasce da violência das ruas, quando vê, ainda criança, seus pais sendo assassinados ao saírem do cinema. O texto diz, literalmente: “O garoto olhou com choque e horror a terrível cena que não esqueceria jamais”. Após o trágico episódio, o órfão, num único e nebuloso quadrinho, faz um pacto hamletiano com o espírito de seus antepassados: para vingar a morte deles, iria combater o crime. Diferente do homem do século XVIII, um iluminista que fez um pacto explícito com Mefistófeles para obter conhecimento e juventude, o homem urbano do século XX faz um pacto implícito e sublimado para obter força física e conhecimento tecnológico, não apenas para combater o “crime” mas também para controlar forças sinistras que o assustam, seu outro e indevassável “eu”.

Bruce Wayne, o jovem milionário – ninguém explica, nem interessa ao leitor, como surgiu e como ele mantém sua fortuna –, pesquisa a superstição do submundo e descobre no morcego o símbolo do terror, tal como Poe encontrou no corvo. Nada mais ambíguo! Em 1940, Bob Kane reforça a lenda de Batman ao chamá-lo de “vingador do demônio”.

O lado ambíguo, em todos os níveis, inclusive sexuais, só chamou a atenção dos conservadores nos anos 1950, época do auge da Guerra Fria. Em 1954, o psicólogo Fredric Wertham publicou *A sedução dos inocentes*, onde “alertava” os pais sobre a ambiguidade de um playboy que vivia tutelando um garoto, com as seguintes palavras: “Batman é, às vezes, mostrado num robe de chambre... É como um sonho de dois homossexuais vivendo juntos” entre vasos de flores e uma vida idílica, só interrompida pelo sinal do morcego nos céus de Gotham City. Em uma época em que se caçavam comunistas, a censura também se voltou para os quadrinhos e até criou um



**Batman é um herói das histórias em quadrinhos** marcado por uma profunda ambiguidade. Nascido no ano da morte de Freud, é uma criação típica dos tempos pós-psicanálise

“

OS ANOS 1950/1960, ATÉ A CONTRACULTURA, FORAM FRACOS PARA A TRAJETÓRIA DO PERSONAGEM, QUE, ENTRE O HUMOR E A ANGÚSTIA, ENFRENTOU EXTRATERRESTRES, INVEJOU O SUPER HOMEM E QUASE FICOU CLEAN

”

“código de ética”, estabelecendo o que se podia e devia dizer (exaltação à ordem e à lei, valorização da pátria etc.) e o que não se podia (sensualidade, mulheres nuas, vitória do crime, etc.) Portanto, não era apenas o homossexualismo que estava em discussão, mas todo um lado que não queria ver e não queria que fosse visto. É o arrancar dos olhos de que fala Freud em seu texto aludido sobre o sinistro: a metáfora da castração.

Os anos 1950/1960, até a contracultura, foram fracos para a trajetória do personagem, que, entre o humor e a angústia, enfrentou extraterrestres, invejou o Super Homem e quase ficou *clean*.

Mas esta negação do lado sinistro original não ultrapassou os anos 1980: artistas como Frank Miller, Allan Moore, Jim Starlin, Jim Amparo e outros resgataram com radicalidade e criatividade um lado obscuro e até subversivo que parecia sob controle. O submundo nunca foi tão explorado: Batman enfrentou quadrilhas, gangues, um Coringa cada vez mais psicopata, políticos corruptos, pastores evangélicos ensandecidos, traficantes, terroristas internacionais. E suas histórias ganharam títulos como “O Cavaleiro das Trevas”, “As Dez Noites da Besta”, “A Piada Mortal”, “O Filho do Demônio”, “O Messias”, e “Morte em Família” (na qual

o segundo Robin é assassinado quando procurava sua mãe ao descobrir que ela poderia ser uma terrorista, uma espiã ou uma santa. Nada mais edipiano...!).

Algumas aventuras de Batman chegam a se inspirar em temas como *Parsifal*, de Wagner, e promovem até encontros do herói com Sherlock Holmes ou... Sigmund Freud.

Não será de espantar que a obscura transformação do órfão revoltado em herói, através de um pacto desconhecido, inspire roteiristas e desenhistas. Nenhum código de ética será capaz de barrar uma força irresistível, que é a de propiciar o encontro final e assustador do herói moderno – e solitário –, com seu destino sinistro.

É o caminho de uma linguagem inicialmente desprezada e apesar de condenada muito lida e vista, em direção ao estatuto de arte, com toda sua ambiguidade e caráter perturbador: a modernidade não é um mar de rosas, ela pode ser um beco escuro à espreita de suas vítimas, onde não mais existem inocentes.



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

**MARTIN CEZAR FEIJÓ**

# A releitura de obras sob o olhar de André Amado

Para uma obra-prima ser uma obra-prima, basta ser conhecida, isto é, absorver todas as interpretações que suscitou, que vão contribuir para fazer dela o que ela é

**P**reparando-me para escrever um livro sobre a história de detetives e a obra de Luiz Alfredo Garcia-Roza, fui obrigado a ler imensa quantidade de textos, desde romances a críticas literárias de autoria de escritores e acadêmicos de excelência. Meu déficit nessa área assim o exigia. E hoje até agradeço a dura caminhada ladeira acima. Um dos problemas de quem crê tudo saber é subtrair importância dos fundamentos e dos primeiros segredos da área de conhecimento que pretende estudar, tanto quanto a sofreguidão de só se interessar pelo que chamam de novidade, ou, pior, vanguarda.

No caso de histórias de detetive, ainda subsiste, em alguns círculos, a dúvida sobre se se trata de um gênero literário em si ou se não passa de uma leitura de entretenimento, leitura de bordo ou de sala de espera do dentista. Edgar Allan Poe, Conan Doyle, Agatha Christie, Dashiell Hammett, Raymond Chandler e tantos outros – ao lado, claro, de Luiz Alfredo Garcia-Roza, que acaba de lançar seu 12º romance policial, *A última mulher* –, contribuíram, cada um à sua maneira, para trazer a discussão para um terreno mais sério.

Há consenso de que coube a esses escritores influir no apagamento das fronteiras entre a literatura erudita e a chamada cultura de massa. Empenhados em romper com a ideia de que ler é supérfluo para quem não tem educação, cultura ou alimentação, os escritores de romance policial aceitaram duelar com os meios de comunicação de massa, como se pudessem assumir a função de “alfabetizador” literário, tornando a leitura em espaço fundamental de aprendizagem.

De alguma maneira, tal projeto pode assemelhar-se a outro desenvolvimento

relevante no mundo da cultura: o convite à releitura de obras. O objetivo não é, de forma alguma, a revisão, mas o enriquecimento, no sentido de que cada leitura é capaz de renovar o texto literário, ao iluminá-lo desde uma perspectiva peculiar e inédita, vale dizer, com o leitor reescrevendo-o pela releitura. [1] Anote-se, a esse respeito, o diálogo mantido entre Umberto Eco e Jean-Claude Carrière:

UE: Em cada livro incrustam-se, ao longo do tempo, todas as interpretações que lhe demos. Não lemos Shakespeare como ele escreveu. Nosso Shakespeare é muito mais rico que o lido em sua época. Para uma obra-prima ser uma obra-prima, basta ser conhecida, isto é, absorver todas as interpretações que suscitou, que vão contribuir para fazer dela o que ela é.

JCC: Uma obra-prima não nasce uma obra-prima, torna-se uma. As grandes obras influenciam-se reciprocamente através de nós. Podemos provavelmente explicar o quanto Cervantes teve de influência sobre Kafka. Mas também podemos dizer... que Kafka influenciou Cervantes. Se leio Kafka antes de ler Cervantes, através de mim e à minha revelia, Kafka modificará a leitura de Quixote.[2]

[1] **OLMOS, Ana Cecilia.** *Por que ler Borges.* São Paulo/Editora Globo/2008, pp. 89-90.

[2] **ECO, U. et al.** *Não contem com o fim do livro.* Tradução de André Telles, Rio de Janeiro/Record/2010, pp. 134-5.



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

**ANDRÉ AMADO**



Foto: Reprodução

“

EM CADA LIVRO INCRUSTAM-SE, AO LONGO DO TEMPO, TODAS AS INTERPRETAÇÕES QUE LHE DEMOS. NÃO LEMOS SHAKESPEARE COMO ELE ESCREVEU. NOSSO SHAKESPEARE É MUITO MAIS RICO QUE O LIDO EM SUA ÉPOCA

”



Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

## Cidadania: um olhar inovador para o futuro do Brasil

A história do Cidadania mostra a coragem para romper dogmas, superar o passado e reconstruir o futuro. A inovação se torna uma qualidade a ser combinada nos vetores de formação da identidade do partido

Um partido inovador, republicano, reformista e democrático-institucionalista. Preparado para os desafios do futuro, focado em resultados concretos e políticas públicas baseadas em evidências, sem incorrer em radicalismos.

Eis uma visão estratégica para o Cidadania se destacar no silêncio eloquente presente nos corredores existentes entre os muros da polarização intolerante.

A política no Brasil apresenta evidentes sinais de perda de legitimidade. Com ela, entram em crise os institutos clássicos da democracia liberal e seus entes de vocalização da vontade popular, tais como o Parlamento e os partidos.

Novos atores ocupam a cena: o Judiciário em formas ativistas, que já se tornaram ação política sem democracia. A técnica surge valorizada em um discurso asséptico que a coloca como oposição à política, sem considerar que ambas devem andar conciliadas. O esperado amadurecimento democrático dá lugar ao populismo de viés autoritário e violento, à esquerda e à direita.

Na base, o Brasil profundo está cansado. A população não suporta mais a ineficiência da máquina pública, a excessiva burocracia, as regalias do poder, a ausência de soluções concretas e de políticas públicas efetivas.

“

A POPULAÇÃO NÃO SUPORTA  
MAIS A INEFICIÊNCIA DA  
MÁQUINA PÚBLICA, A  
EXCESSIVA BUROCRACIA,  
AS REGALIAS DO PODER,  
A AUSÊNCIA DE SOLUÇÕES  
CONCRETAS E DE POLÍTICAS  
PÚBLICAS EFETIVAS

”

Para complicar, as *fake news* promovem desinformação e visões distorcidas em escala mundial, potencializadas por imagens, memes, mensagens e uma infinidade de meios tecnológicos.

Especialmente do Oriente emanam sinais preocupantes: o avanço chinês indica, pela primeira vez na história, que modelos autoritários podem propiciar maior crescimento econômico, superando a crença da velha burguesia de que o capitalismo se desenvolve melhor nas democracias liberais.

O Estado de Direito está estremeado, e suas estruturas não conseguem dar conta das demandas atuais na velocidade exigida. Há sintomas medievais de retrocesso civilizacional.

Contudo, não existe saída fora da boa política. Mas ela precisa se fazer necessária e ser percebida como tal. Para tanto, é imprescindível inovar decisivamente em prol de resultados que sejam sentidos pela população.

A história do Cidadania mostra a coragem para romper dogmas, superar o passado e reconstruir o futuro. Daí a inovação se torna uma qualidade a ser combinada em cada um dos vetores de formação da identidade do partido.

Dentre eles, o republicanismo ressurg

na forma de políticas de integridade no trato da coisa pública, combate à corrupção, *compliance*, transparência, *accountability*, impessoalidade e isonomia na participação cidadã.

Já o reformismo, como pontua Alberto Aggio em seu ensaio na *Revista Política Democrática* nº 7, implica a formação de uma nova compreensão que o molda enquanto perspectiva de futuro e não mera etapa. Assim é possível a superação do pecebismo e do pós-comunismo sem a carga histórica que ainda amarrava o PPS (<http://www.fundacaoastrojildo.com.br/2015/revista-pd7/>).

Em relação ao compromisso democrático-institucionalista, este se renova com a compreensão de que não há verdadeira democracia fora das instituições.

A tão sonhada desintermediação democrática acabou por ocasionar a formação de ilhas de ódio e alienação que contaminam de pura demagogia a participação direta dos cidadãos nas escolhas públicas. *Ciberpopulismo* que reconstrói ídolos e personifica o poder.

Mais do que nunca, as instituições são necessárias. Não os modelos tradicionais, esgotados, mas um redesenho disruptivo. Já há algum tempo tenho defendido que a especialidade funcional,

a necessidade de reflexões profundas e bem fundamentadas e a disponibilidade para a fiscalização são alguns dos motivos que demonstram a importância da representação parlamentar.

Contudo, um novo Parlamento deve emergir. Mais ágil, com pautas claras e republicanas, com maior inclusão e espelhamento dos grupos sociais, aliados à maior integração com a sociedade, que pode e deve participar mais, por exemplo, na determinação das pautas das comissões e do plenário das Casas Legislativas.

Estabelecidos os marcos de identidade do partido, sua formação programática deve contemplar as diretrizes contidas na evolução semântica de seu próprio nome, Cidadania, que ao longo do tempo ganha novas acepções conforme as necessidades históricas se impõem.

A cidadania se constrói a partir da substituição do vínculo monárquico com o Estado pelo vínculo legal. O súdito dá lugar ao cidadão. Em um primeiro sentido, é entendida como cidadania civil: todos possuem o direito individual e fundamental a um nome e a formar sua subjetividade com dignidade.

Cada pessoa é digna simplesmente por existir. E essa dignidade exige liberdade, respeito, tolerância e presença. No Brasil do século XXI ainda é alarmante o índice de ausência de registro civil ou sub registro, humanos invisíveis ao Estado.

A cidadania social, por sua vez, exige uma agenda de inclusão para o bem-viver combinada com a redução das desigualdades, fazendo com que cada cidadão possa desfrutar de políticas públicas – não necessariamente estatais – que permitam o mínimo existencial.

Conectada ao ideário republicano, a cidadania política reforça a importância dos direitos políticos na formação de uma arena pública participativa, na qual os cidadãos possam efetivamente influenciar e assumir responsabilidades perante as deliberações.

Por fim, a cidadania digital envolve o enfrentamento dos desafios políticos e éticos que surgem com a emergência da transição civilizacional em curso na Era Tecnológica: inteligência artificial, socie-

dade em rede, big data, *blockchain*, biotética, 5G, dentre outros.

Essas ponderações se somam à perceptível vocação do partido para a adoção de alguns valores predominantes, entre eles o cosmopolitismo (sem perder de vista as demandas e a força do poder local), a equidade e a democracia enquanto valor universal, conforme bem anota Caetano Araújo no ensaio da *Revista Política e Democrática* nº 8. (<http://www.fundacaoastrojildo.com.br/2015/revista-pd8/mobile/index.html>).

Toda essa construção só é possível com agendas e ações partidárias bem definidas. Sem desconsiderar a importância das pautas de grupos sociais, é imprescindível que o partido tenha uma visão clara e uma luta constante pelas pautas estruturantes.

No espectro mais ideológico, a posição liberal-igualitarista parece ser a que mais se aproxima da possibilidade de conciliação entre livre iniciativa e empreendedorismo com inclusão social e redução das desigualdades.

A partir desse norte, destaca-se uma agenda fortemente disruptiva na compreensão da reforma do Estado.

Com efeito, o Estado brasileiro se assemelha a um Frankenstein de braços executivos descoordenados e com pouco cérebro. Esse modelo não dá conta da velocidade do mundo da vida. É preciso promover a defesa de um Estado inteligente, cerebral, focado no planejamento, monitoramento e regulação, e indutor do desenvolvimento. Mais cabeça e menos braços.

Para tanto, as reformas devem atingir principalmente as estruturas do ultrapassado Estado de Bem-Estar, para que se possa fortalecer sua efetividade funcional.

Na leitura proposta, o conteúdo funcional previsto na Constituição, especialmente no que se refere aos direitos sociais, resta preservado e deve ser cumprido com uma lógica pública, não privada. Todavia, não necessariamente a operação e a execução (estrutura) precisam ser estatais.

Um Estado leve estruturalmente, mas efetivo e forte funcionalmente. Essa

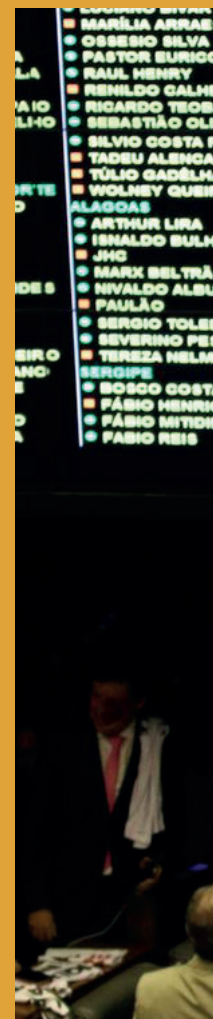






Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

**Votação na Câmara aprovou texto-base da reforma da Previdência**, com grande derrota da esquerda: a política no Brasil apresenta evidentes sinais de perda de legitimidade

perspectiva nos distancia da velha esquerda estatalista e não nos confunde com os novos liberais mercadológicos.

Definidos os compromissos funcionais, estabelecida a conciliação entre técnica e política por meio da política baseada em evidências, reforçado o inalienável compromisso com os resultados, cabe o diálogo com a sociedade civil para as ações políticas concretas na saúde, educação, segurança, meio ambiente, geração de emprego e renda etc.

A força intelectual dos filiados, o incremento da formação política de candidatos e interessados e a abertura à sociedade civil em cada tema certamente trarão soluções palpáveis e economicamente viáveis.

Um exemplo importante é a parceria do Cidadania com movimentos cívicos como o *Agora!*, o *Livres* e o *Acredito*. Todos possuem proposições bem fundamentadas que contribuem muito para a formação programática do partido.

Enfim, o desafio está posto: destacar-se, ser ouvido, sem incorrer em discursos fáceis. Criar identidade na diferença a partir de soluções concretas na vida das pessoas, pois somente resultados salvarão a política e a democracia. E o Cidadania deve fazer jus a seu nome, nas mais diferentes acepções.



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

**MARCO MARRAFON**

# Após duas décadas, sai acordo entre o Mercosul e a União Europeia

Abertura dos mercados com tarifa zero se dará em dez anos para a maioria dos produtos. A UE deverá reduzir o imposto de importação de forma mais rápida (92% dos produtos) do que o Mercosul (72%)

**D**epois de mais de 20 anos, foi concluída a negociação de um ambicioso Acordo de Associação entre o Mercosul e a União Europeia (UE), com o objetivo de ampliar a cooperação em todos os campos.

O Acordo de Livre Comércio – parte integral desse acordo mais amplo – pretende consolidar uma parceria política e econômica, e criar oportunidades para o crescimento sustentável nos dois lados, respeitando setores econômicos sensíveis, o meio ambiente e preservando os interesses dos consumidores.

A UE é o segundo parceiro comercial do grupo e o primeiro em investimentos. A corrente de comércio bi regional foi de mais de US\$ 90 bilhões em 2018 e o Brasil exportou para lá mais de US\$ 42 bilhões, cerca de 18% do total exportado pelo país.

Em linhas gerais, a divulgação da parte comercial do acordo de associação indica que produtos agrícolas de interesse para o Brasil (suco de laranja, frutas e café solúvel) terão suas tarifas eliminadas; outros produtos terão garantido acesso por meio de quotas (carne, açúcar, etanol). Haverá acesso efetivo em diversos segmentos de serviços, como comunicação, construção,

turismo, transportes e serviços financeiros e profissionais, e compras públicas. Cabe ressaltar a inclusão de regras, inclusive sobre proteção do meio ambiente, mudança do clima (observância do Acordo de Paris) e preservação da floresta amazônica.

A abertura dos mercados com tarifa zero se dará em dez anos para a maioria dos produtos. A UE deverá reduzir o imposto de importação de forma mais rápida (92% dos produtos) do que o Mercosul (72%). Na área agrícola, os europeus terão dez anos para zerar as tarifas de 81,8% dos produtos, diante de 67,4% do Mercosul. No setor industrial, 100% das tarifas vão ser eliminadas na Europa em dez anos, ao passo que o Mercosul, em dez anos, eliminará as tarifas de 72% dos produtos e terá mais cinco anos para atingir o patamar de 90,8%.

O acordo termina um longo período de mais de 20 anos de isolamento do Mercosul e do Brasil nas negociações de acordos comerciais. Enquanto, nesse período, o Mercosul assinou três acordos (Egito, Israel e Autoridade Palestina), segundo a OMC foram assinados mais de 250 acordos comerciais no mundo. Isolado, o Brasil perdeu espaço nos fluxos dinâmicos do comércio internacional e participa de forma menor

Foto: Alan Santos/PR



**Presidentes dos países do Mercosul e primeiros-ministros europeus** durante a coletiva de imprensa sobre o acordo Comercial União Europeia/Mercosul, no Centro de Imprensa do Centro de Convenções INTEX Osaka



Foto: Alan Santos/PR

**O presidente da República, Jair Bolsonaro, durante a Terceira Sessão Plenária da Cúpula de Líderes do G20:** o acordo Mercosul/UE ainda está longe de permitir a expansão do comércio exterior brasileiro

nas cadeias de valor global no intercâmbio entre empresas. Com a assinatura do acordo, na contramão do movimento global que tende ao protecionismo e às restrições ao livre comércio, o Mercosul volta a ter visibilidade e deve acelerar as negociações com a EFTA (Área de Livre comércio da Europa), o Canadá, a Coreia do Sul e Cingapura.

Para aproveitar as preferências tarifárias recebidas e manter a participação no mercado interno, os produtos industriais deverão melhorar significativamente sua competitividade. Sem que isso ocorra, será difícil competir com a importação de outras áreas pela Europa. Não podemos esperar dez anos para colocar a casa em ordem e aprovar reformas, como a da Previdência e a tributária, promover uma reforma da estrutura tarifária interna, um amplo programa de desburocratização, de simplificação e facilitação de negócios e de melhoria na logística (portos, estradas, ferrovias) para reduzir o chamado custo Brasil. Esse ônus para as empresas que atuam no Brasil chega a mais de 30% e torna o produto nacional pouco competitivo. Em paralelo, um eficiente programa de inovação por parte das empresas e de políticas públicas ajudará a modernizar o trabalho

“

ACORDO TERMINA UM LONGO PERÍODO DE MAIS DE 20 ANOS DE ISOLAMENTO DO MERCOSUL E DO BRASIL NAS NEGOCIAÇÕES. ENQUANTO, NESSE PERÍODO, O MERCOSUL ASSINOU TRÊS (EGITO, ISRAEL E AUTORIDADE PALESTINA), SEGUNDO A OMC, FORAM ASSINADOS MAIS DE 250 NO MUNDO

”

das companhias que produzem para o mercado doméstico e exportam.

O acordo com a UE, assim como a entrada na OCDE, forçará governo e setor privado a trabalharem com o Congresso Nacional, para a aprovação da legislação que se faça necessária para tirar o Brasil do atraso em que se encontra em termos tecnológicos e colocar novamente o país no fluxo dinâmico de comércio e investimento.

Com visão de futuro e cumprida a agenda doméstica de recuperação da competitividade, além da conclusão dos acordos em processo de negociação, o próximo passo poderia ser uma aproximação maior com os países da Ásia, o polo dinâmico do comércio internacional. Até o fim do ano, seria importante sinalizar aos países membros da Parceria Trans-Pacífica (CCTPP), o acordo de 11 países integrado pelo Japão, outros sete países asiáticos, México, Chile e Peru, a intenção do Brasil em juntar-se ao grupo.

O acordo Mercosul-UE pode ser o elemento catalizador de todo um programa interno e de negociação externa que permitirá a expansão do comércio exterior brasileiro.



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

**RUBENS BARBOSA**



**ENDEREÇO:**

Fundação Astrojildo Pereira - SEPN  
509, bloco D, Lojas 27/28, Edifício Isis  
CEP: 70750-504 - Brasília-DF

**PRISCILA MENDES**

Secretária de redação  
Tel.: (61) 3011-9260 / 3011-9300  
E-mail: fundacaoastrojildo@gmail.com



Facefap



fundacaoastrojildo



fundacaoastrojildo

[www.fundacaoastrojildo.com.br](http://www.fundacaoastrojildo.com.br)